

LV 30 anos

DESDE 1988 AO LADO DOS TRABALHADORES



INTERCEL | INTERSUL | JORNAL LINHA VIVA Nº 1438 - 24 DE JANEIRO DE 2019



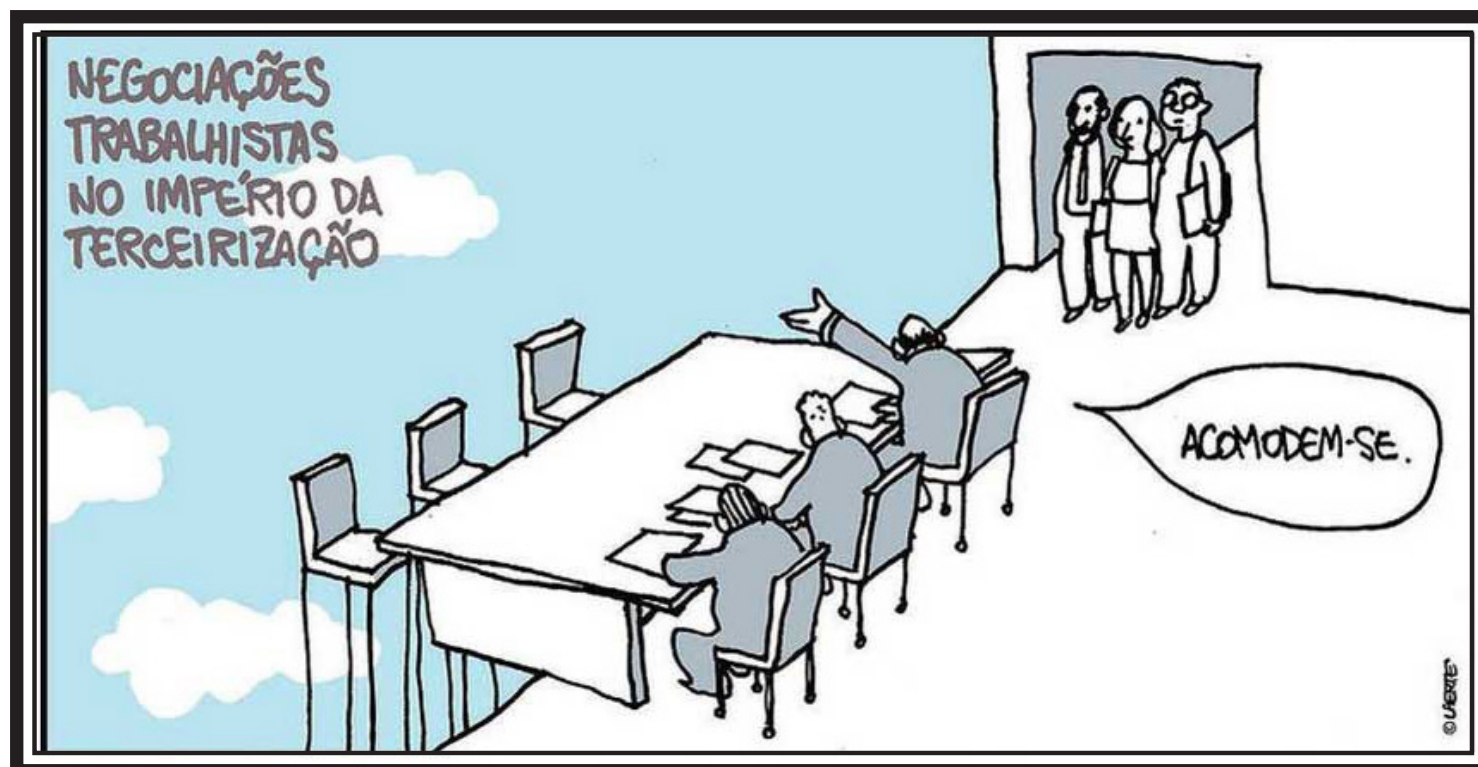
ELETOBRAS PRONTA PARA ATACAR DIREITOS

Em comunicado ao (deus) mercado, empresa afirma que meta é a negociação de um novo Acordo Coletivo de Trabalho alinhado com a nova lei trabalhista



ELETROBRAS PRONTA PARA ATACAR DIREITOS

Plano Diretor anunciado sinaliza o que virá na negociação do ACT 2019



A Eletrobras está pronta para atacar os direitos dos trabalhadores. É isto que o Conselho de Administração da companhia definiu no dia 21 de dezembro de 2018, quando traçou o Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) para o período de 2019 a 2023.

Em comunicado de fato relevante ao mercado, a empresa detalhou o plano, apontando um futuro de privatizações e retirada de direitos como "objetivos estratégicos". A segunda diretriz estratégica do plano prevê a conclusão, até o final de 2019, do programa de desinvestimento

de ativos e participações acionárias que não sejam considerados estratégicos para a Eletrobras. O plano também relata a incorporação da Eletrosul pela CGTEE, que foi, recentemente, tema de reunião entre a Intersul e a Diretoria da Eletrosul (ver matéria ao lado). Reestruturações na Eletronorte e na Amazonas Geração e Transmissão também são citadas como forma de encontrar "sinergia operacional e econômica-financeira".

Mas é a partir da terceira diretriz estratégica que o grande golpe aos trabalhadores é detalhado. A segunda iniciativa trata da redução de custos de pessoal. A intenção de desligar através de Plano de Demissão 2.187 trabalhadores é apresentada com a justificativa de economia de R\$ 574 milhões por ano. Afinal de contas, na visão da diretoria e deste Governo, trabalhadores são um estorvo que custa caro. Além disso, segundo o plano é preciso diminuir os gastos com periculosidade, horas extras e sobreaviso. E para fechar o sinal ao deus mercado, a Eletrobras afirma que o caminho a ser seguido é negociar um novo Acordo

Coletivo de Trabalho "visando alinhá-lo à nova Lei Trabalhista e Resoluções CGPAR, estimulando a produtividade e a meritocracia". Então a lógica é essa: o discurso dizia que a reforma trabalhista ia fortalecer os acordos coletivos e os sindicatos e que ninguém perderia direitos, apesar do fatiamento da CLT. Foi assim que a lei foi vendida, foi assim que muito trabalhador acreditou e defendeu que era bom. O negociado sobre o legislado! Agora, diante do mercado que patrocinou mais este golpe, a Eletrobras diz

que sim, os trabalhadores vão perder direitos. Adequar os acordos à nova lei significa rebaixá-los, explorando os trabalhadores. Mas não é só isso. O trabalhador será atacado, terá os direitos ameaçados e ainda terá que sorrir e ter orgulho. Ou, como disse o presidente da república, é escolher entre direitos ou emprego. Contraditoriamente, ignorando os impactos da retirada de direitos sob os trabalhadores, a 5ª diretriz estratégica prega uma transformação da cultura organizacional, buscando o "aumento da produtividade e melhoria dos resultados empresariais, além da satisfação e comprometimento dos colaboradores".

O PDNG da Eletrobras dá mostras muito claras do tamanho da luta a ser travada pelos trabalhadores em defesa de seus direitos e conquistas na negociação do ACT 2019 que se aproxima. O Coletivo Nacional dos Eletricitários fará o planejamento da campanha salarial no início de fevereiro, mas serão os trabalhadores e a sua disposição para o enfrentamento os pilares que poderão sustentar esta luta e manter suas conquistas.

PRIVATIZAÇÃO

COPEL E SANEPAR NÃO SERÃO PRIVATIZADAS

Em entrevista, Governador rechaça venda das estatais

A exemplo do Governador de Santa Catarina, Carlos Moisés da Silva, o mandatário do Paraná, Carlos Massa Ratinho Júnior, afirmou em entrevista ao Globo News que Copel e Sanepar continuarão sob o comando do Estado para alavancar o desenvolvimento social. "Empresas com funções como essas, especialmente na área social, não devem ser passadas para a iniciativa privada, onde a visão financeira se sobrepõe a todas as outras", afirmou. No setor de energia, a Copel, ao lado da Celesc, tem sido exemplo de como uma empresa pública pode ser eficiente e atender a sociedade com responsabilidade e qualidade. A manutenção das empresas públicas é um grande desafio para os trabalhadores e para a sociedade, uma vez que a onda conservadora que tomou a política nacional avança para entregar o patrimônio público.

ELETROSUL

ELETROSUL AFIRMA QUE DECISÃO DE FUSÃO COM CGTEE JÁ ESTÁ TOMADA

Ato de gestão é decisão estratégica da Eletrobras Holding, afirma o Presidente da Eletrosul

Desde o ano passado, permanece sem resposta oficial o Pedido de Informações formulado com base na Lei de Acesso à Informação, através da assessoria jurídica da Intersul, sobre a fusão entre a Eletrosul e a CGTEE. Reiterando, neste mês, o Sinergia, como acionista minoritário, solicitou o envio de toda a documentação para poder analisar, além dos aspectos econômicos, técnicos e financeiros os impactos sobre a vida dos trabalhadores. Sem apresentar justificativa convincente para a falta de resposta oficial, a Eletrosul "convidou" os sindicatos que compõem a Intersul para informar sobre o processo de fusão entre as empresas Eletrosul e CGTEE. Em encontro realizado na Sede, na última sexta-feira (18/01), o Presidente Gilberto Eggers, acompanhado pelo Diretor Administrativo e pelo Diretor Financeiro falaram sobre o processo de fusão na presença de dirigentes sindicais da Intersul. De saída, a empresa através do Diretor Administrativo, anunciou que apenas comunicaria a decisão da gestão Eletrobras de Incorporação da Eletrosul pela CGTEE. De acordo com o DA, esta é uma decisão empresarial da Holding, sobre a qual a Eletrosul não tem como se contrapor. Disse ainda que não se trata de negociar com Sindicatos, e sim cumprir a determinação do Conselho de Administração da Holding. A postura foi reforçada pelo Presidente Gilberto Eggers, que ressaltou o estudo da consultoria Deloitte, contratada para orientar o processo. A decisão é pela incorporação da Eletrosul pela CGTEE, mantendo o CNPJ da CGTEE, modelo de fusão que permite ganhos tributários referentes a um crédito tributário vinculado ao CNPJ da CGTEE. Trata-se, segundo Eggers, de uma "incorporação às avessas", onde o CNPJ será da CGTEE, mas a cultura organizacional da Eletrosul é que deverá prevalecer e ser fortalecida.

Falando da Eletrosul, Eggers citou o alto grau de endividamento e de algumas iniciativas, tomadas

em anos anteriores, para reduzi-lo, como a descontratação de energia de alguns empreendimentos, e a transferência de ativos para a holding para quitar dívidas. Sem precisar os valores, afirmou que em 2017 a Eletrosul pagou em serviço de dívida, cerca de R\$ 660 milhões, comprometendo substancialmente sua capacidade de geração de caixa. Já em 2018, pagou cerca de R\$ 330 milhões, chegando a um nível administrável, segundo ele. Lembrou, ainda, que apesar de tudo, a empresa fechou o ano com bom resultado, cerca de R\$ 800 milhões em caixa e pagamento de dividendos à holding. Porém mostrou-se preocupado com a próxima revisão tarifária, que pode imputar à Eletrosul uma perda de aproximadamente R\$ 300 milhões de receitas em 2019. Disse que foi solicitado à Aneel um escalonamento dessa revisão, com diluição em cinco anos, para que a perda de receita seja gradual. Aproveitando o tema, não perdeu a oportunidade de afirmar que a Revisão Tarifária exigirá mais redução do PMSO citando novas iniciativas para redução de pessoal (novo PDC), eficiência tecnológica em vigilância, e sugerindo redução do número de Centros Regionais de Operação das Instalações (CRO1).

Voltando a falar da fusão entre as empresas, o presidente afirmou que a dívida da CGTEE com a Eletrobras supera a casa dos R\$ 4 bilhões, mas que a dívida será zerada com seu projeto de capitalização. A CGTEE passou por uma redução de 40% de despesas com Recursos Humanos nos últimos dois anos, que agora conta com uma usina de 350 MW praticamente reformada em sua totalidade, até março, com uma receita anual de aproximadamente R\$ 600 milhões e custos operacionais da ordem de R\$ 350 milhões, trazendo assim um incremento nas receitas da Eletrosul e melhorando ainda mais a capacidade de geração de caixa. Por tanto, na avaliação da Eletrosul, há vantagens na incorporação, como por exemplo, uma única empresa Eletro-

PRIVATIZAÇÃO

PRIVATIZAÇÃO DESTRÓI PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

Equatorial não respeita obras artísticas tombadas no Piauí

A Equatorial, empresa que comprou a Cepisa, não respeita nem o patrimônio tombado do Estado: um dos trabalhos mais valiosos da cultura artística piauiense, obra do saudoso e consagrado artista plástico Afrânio Castelo Branco, foi destruído pela empresa. As pinturas feitas ainda na década de 1970, há quase 50 anos, estão sendo apagadas do prédio da Cepisa, apagando também a história cultural do povo piauiense. A diretoria do Sindicato dos Urbanitários do Piauí afirmou que fará uma denúncia formal para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Piauí, uma vez que essas telas e o próprio prédio da Cepisa, pela sua arquitetura, são tomados como patrimônio do Estado e a Equatorial não tinha o direito legal de destruir a história do povo piauiense, de forma que poucas obras do artista ainda estão preservadas em prédios públicos do Estado.



bras no sul do país, redução de cargos de gestão, uma só administração; aproveitamento tributário; recuperação de receita equivalente à que a Eletrosul irá perder com a revisão tarifária; aumento da capacidade de geração de energia pela Eletrosul. Eggers não deixou de se manifestar em relação as privatizações no setor elétrico. Há sinalização do governo para a continuidade do processo de privatização da Eletrobras, mas que, na visão dele próprio a Eletrosul é a empresa mais preparada para enfrentar esta realidade, pois na opinião dele, quanto melhor estiver a empresa, menor o risco de ser privatizada.

Será (veja o PDNG na página ao lado)? Ao fim da exposição da diretoria, os dirigentes sindicais criticaram a falta de informações precisas e questionaram a existência de estudos sobre os passivos ambientais, passivos judiciais e os impac-

tos da incorporação para os trabalhadores de modo geral, inclusive nos seus fundos de pensão, bem como uma resposta oficial ao Pedido de Informações pendente desde o ano passado. A Eletrosul informou que os objetivos da fusão são estritamente de cunho estratégico empresarial e que não identifica possibilidade de prejuízo de qualquer ordem aos trabalhadores da Eletrosul ou da CGTEE, mas que irá providenciar resposta do questionamento.

Os sindicatos reforçaram ainda a preocupação com os trabalhadores que se dedicam para garantir a excelência da Eletrosul, reconhecida pela diretoria. Muitos trabalhadores estão fazendo isso às custas de sua saúde mental, constantemente estressados e sofrendo vários tipos de assédio. A redução do quadro de pessoal está impactando os trabalhadores no campo, causando estresse e a falta de informação também faz mal à saúde.

LV

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação da INTERCEL e da INTERSUL

Jornalista responsável: Paulo G. Horn (MTE 3489/SC) | Conselho Editorial: Rafael Reginato

Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 | E-mail: sindso@terra.com.br

As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

W

HÁ TODO UM VELHO MUNDO AINDA POR DESTRUIR E TODO UM NOVO MUNDO A CONSTRUIR. MAS NÓS CONSEGUIREMOS, JOVENS AMIGOS, NÃO É VERDADE?



ROSA DE LUXEMBURGO

Por Valerio Arcary, historiador e professor titular aposentado do IJSP

Foi há cem anos. Já se disse que o silêncio é a maior das represálias. O aniversário deve ocorrer sem maior repercussão. No dia 15 de Janeiro de 1919, no calor da crise revolucionária que permanecia aberta depois da revolução de novembro de 1918 que derrubou o Kaiser, Rosa Luxemburgo foi assassinada, ao lado de Karl Liebknecht. A reabilitação teórica e política de Rosa está ainda por ser feita diante dos olhos da nova geração. Mas enquanto existir uma esquerda que tenha paixão revolucionária Rosa Luxemburgo estará viva.

Desde o 9 de Janeiro, Berlim era uma cidade em estado de sítio. Rosa e Liebknecht sabiam que estavam encurralados, e que o cerco se apertava. Há vários dias viviam em permanente mudança de endereços. Até que a delação levou as milícias paramilitares ao seu esconderijo.

O perigo de um confronto mais sério, e até de guerra civil, tinha feito os trabalhadores recuarem, inseguros diante da divisão irreconciliável dos partidos que reconheciam ainda como os seus. O governo Ebert/Sheidemann (uma coalizão do SPD e do USPD, os dois partidos operários mais influentes, conhecidos como majoritários e independentes, levados ao poder pelo “fevereiro” alemão que derrubou a monarquia), estava inflexível na determinação de destruir a dualidade de poderes que, sobretudo em Berlim, ameaçava a estabilidade do regime, e renunciava uma nova vaga revolucionária. O perigo de um Outubro alemão, verdadeiro ou ilusório, tinha estado no ar.

Era preciso agir, e agir rápido: daí que a decisão

do governo, de retomar o controle da polícia de Berlim, a qualquer custo, fosse irredutível. Diante da reação enérgica dos setores mais avançados da classe operária, em defesa dos Conselhos de trabalhadores e soldados, o Governo não hesitou em tomar as medidas mais brutais, o cerco militar da cidade, reveladoras da sua decisão de não hesitar, e ir até ao derramamento massivo de sangue, se necessário.

Já os setores de vanguarda do proletariado que tinham ensaiado o seu “junho de 1848”, recuavam, precipitada e abruptamente, em debandada. O teste de força fora feito e o seu resultado era desolador. A maioria da classe trabalhadora voltou para as fábricas, e se entrincheirou, intimidada, consciente que não seria possível manter a unidade do movimento sob a bandeira da greve geral até a derrubada do Governo.

Nesse ínterim, a repressão contra os spartakistas se abatia de forma impiedosa. O cerco se apertava. Refugiados, nos dias 12 e 13, em uma residência no bairro operário de Neukölin, Rosa e Liebknecht mudaram-se, no 14, para um apartamento “respeitável” de um distrito de classe média em Wilmersdorf. Suas cabeças estavam officiosamente a prêmio, com uma substantiva recompensa oferecida por empresários de extrema direita, provavelmente com a anuência de Scheidemann. Foram presos às nove horas da noite, ainda na presença de Pieck, um dirigente do comitê central, que tinha acabado de lhes

trazer documentos pessoais falsos, para facilitar a saída de Berlim.

Como os Freikorps os encontraram nunca se soube. Foi, provavelmente, casual. Talvez algum vizinho a tenha identificado pela famosa deficiência na perna. Foram levados até o Hotel Eden, onde estava instalado, provisoriamente, o quartel general de uma das divisões para-militares na parte central de Berlim. Sabiam que não seria uma prisão como outras, e que seriam severa e brutalmente interrogados. Mas, desta vez, seus destinos já estavam traçados. Primeiro Liebknecht e depois Rosa foram duramente atingidos por coronhadas na cabeça e, depois, levados para fora do Hotel, colocados dentro de um carro e, em seguida, fuzilados, à queima roupa: Liebknecht arrastado para fora do carro para simular uma fuga, foi baleado pelas costas. Rosa recebeu o tiro na nuca, ali mesmo. O corpo de Luxemburgo foi lançado nas águas do canal Landwehr, de onde foi resgatado somente em Março. Ali foi colocada uma placa, ao lado de uma das pontes, para honrar a sua memória. Rosa, a alemã, a judia-polonesa, a internacionalista, a vermelha, morreu na Berlim que tanto amou, assassinada pela fúria fascista que, em 1933, chegaria ao poder, para mergulhar a Europa no maior genocídio da história.

Publicado originalmente no site do PSOL, o texto completo também pode ser lido no site www.diariodocentrodomundo.com.br

